

# CONTABILIDADE E CAPITAL INTELECTUAL

**Maria Thereza Pompa Antunes**  
Mestre em Ciências Contábeis/FEA/USP

*Especialização em Finanças/IAG/PUC/RJ*

*Administradora de Empresas/PUC/RJ*

*Professora e Pesquisadora da Área Contábil*

## Introdução

Verifica-se que desde a década de 60 vivenciamos um período de gradativas mudanças na economia mundial, que vem sendo apontado por muitos autores estudiosos do assunto, como um período de transição de uma Sociedade Industrial para uma Sociedade do Conhecimento, pois aos demais recursos existentes, e até então valorizados e utilizados na produção - terra, capital e trabalho, junta-se o conhecimento, alterando, principalmente, a estrutura econômica das nações e, sobretudo, a forma de valorizar o ser humano, pois só este detém o recurso do conhecimento.

Nas organizações a aplicação do conhecimento vem impactando, sobremaneira, o valor das mesmas, pois a materialização da aplicação desse recurso, mais as tecnologias disponíveis e empregadas para atuar num ambiente globalizado, produzem benefícios intangíveis que agregam valor às mesmas.

A esse conjunto de benefícios intangíveis denominou-se Capital Intelectual. O aparecimento deste novo conceito conduz à necessidade de aplicação de novas estratégias, de uma nova filosofia de administração e de novas formas de avaliação do valor da empresa que contemple o recurso do conhecimento.

Stewart (1998:14) comenta que o conhecimento é mais valioso do que os recursos naturais, grandes indústrias ou “polpudas” contas bancárias e que empresas como a Wal-Mart, a já citada Microsoft e a Toyota não se tornaram grandes empresas por serem mais ricas do que a Sears, a IBM e a General Motors, mas, ao contrário, por possuírem algo mais valioso do que ativos físicos ou financeiros, ou seja, por possuírem Capital Intelectual.

Com relação à Contabilidade empresarial tradicional considera-se que um de seus principais objetivos iniciais tenha sido o de apurar o resultado econômico e financeiro de uma entidade, e ele continua forte até hoje. Entretanto, muito se tem comentado nos últimos tempos que os relatórios fornecidos pela Contabilidade Financeira<sup>1</sup> não retratam certas realidades das empresas, visto o valor contábil das ações estar muitas vezes abaixo do seu valor de mercado, sugerindo uma **falha** da Contabilidade.

---

<sup>1</sup> Relatórios divulgados para usuários externos e, no Brasil, segundo a Legislação das Sociedades por Ações.

Essa diferença entre os dois valores vem sendo identificada como Capital Intelectual (não tendo sido especificado se o valor contábil é aquele referente a cada elemento patrimonial ou se o da empresa como um todo) e formas de identificar os fatores intangíveis que o compõem e que resultam em tal diferença, vêm sendo propostas.

A urgência da Contabilidade em considerar determinados ativos intangíveis na mensuração do real valor da empresa parece ser senso comum e os fatos apontados por alguns autores, retratados abaixo, confirmam as conseqüências dessa realidade.

**"A Southwest Airlines é avaliada a um preço maior do que outras empresas aéreas tradicionais muito maiores. A Intel depara-se com um grande escândalo devido a deficiências em seu principal produto, o chip Pentium, e o preço de suas ações mal chega a oscilar, sendo hoje avaliada em US\$ 120 bilhões. A Netscape, uma empresa de 17 milhões de dólares de patrimônio com cinquenta empregados, abre seu capital mediante uma oferta inicial de ações que atribui à empresa um valor de US\$ 3 bilhões no fim do dia. A Microsoft, uma corporação de US\$ 8 bilhões de patrimônio, anunciou seu sistema operacional Windows 95 e viu o preço de suas ações elevarem, tornando-se uma corporação mais valiosa que a Chrysler ou a Boeing." Edvinsson & Malone (1997:2)**

**"O custo tangível do Windows 95, produzido pela Microsoft representa 10% do valor total, sendo a diferença atribuída a conhecimento." Alcântara (1995:86)**

**"Bill Gates é o principal ativo de sua empresa. A justificativa dessa afirmação é o fato de a Microsoft valer hoje, na Bolsa de Valores, algo em torno de US\$ 51 bilhões, quase dez vezes mais do que a empresa fatura." Sá (1996:9)**

**"A Oticon Holding S/A, indústria de aparelhos auditivos dinamarquesa, registrou um crescimento, em termos de valor de mercado, de 150 milhões de coroas dinamarquesas em 1991 para 2,4 bilhões atualmente, embora somente 400 milhões de coroas encontrem-se registrados no balanço patrimonial." Labarre (1996:53)**

Analisando-se as citações acima, pode-se concluir, à primeira vista, que o hiato deixado pela Contabilidade tradicional reflete-se na diferença entre o valor patrimonial e o valor de mercado, visível no valor das ações em bolsa. Mas, dois

outros aspectos que chamam a atenção e que, igualmente, pode-se atribuir à lacuna deixada pela Contabilidade podem ser identificados: o comportamento inesperado das ações de certas companhias, mesmo quando essas enfrentam alguma situação adversa; e a mudança na composição dos custos dos produtos e serviços, pois os custos tangíveis estão perdendo espaço para o recurso do conhecimento, fato amplamente comentado no capítulo primeiro.

Na prática, os ativos intangíveis só vêm sendo avaliados precisamente quando a empresa é vendida. Entretanto, os gestores necessitam ter conhecimento (identificação e mensuração) desses ativos que a empresa possui para administrar a continuidade da mesma e, assim, divulgar informações mais próximas da realidade para os interessados.

Considerando que a aplicação do recurso do conhecimento nas organizações gera benefícios intangíveis, além dos tangíveis, obviamente, que impactam o seu valor, justifica-se uma averiguação sobre o que a Contabilidade vem fazendo no sentido de mensurar esse valor, bem como proceder a uma análise comparativa entre os conceitos do Capital Intelectual e do *Goodwill*.

Para atender tal intuito, julga-se importante tecer algumas considerações sobre o Ativo no tocante apenas ao conceito que se firma para o entendimento do Capital Intelectual, não objetivando, portanto, esgotar o assunto.

### **Ativo**

Ativo, para a Contabilidade tradicional, compreende os bens e os direitos da entidade expressos em moeda. Por sua vez, são classificados em ativos tangíveis e ativos intangíveis. Numa diferenciação simplista, os primeiros são aqueles que possuem existência física e os segundos são os que não possuem.

Entretanto, na prática empresarial a classificação não é tão simples assim apresentando transtorno na identificação dos itens que compõem o grupo dos ativos no balanço patrimonial, principalmente os ativos intangíveis, afetando, sobremaneira, o real valor da empresa, como visto até então.

Numa análise mais abrangente da definição de ativo, mas não admitida pelas normas contábeis atuais (Contabilidade Financeira), pode-se considerar as elencadas abaixo:

Paton (1962:46) ao considerar as características físicas do ativo afirma que **"os ativos não são inerentemente tangíveis ou físicos. Um ativo representa uma quantia econômica. Pode, ou não, estar relacionado ou ser representado por um objeto físico". (grifo nosso)**

Martins (1972:30), em sua tese de doutoramento sobre a mensuração do ativo intangível, adota a seguinte definição para ativo: **"Ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente". (grifo nosso)**

De forma mais analítica, Ludícibus (1994:106) corrobora com a visão de Paton ao assumir a principal característica de um ativo:

**"A característica fundamental é a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os tem, individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos de entrada de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa. Quando falamos indiretamente, queremos referir-nos aos ativos que não são vendidos como tais para realizarmos dinheiro, mas que contribuem para o esforço de geração de produtos que mais tarde se transformam em disponível." (grifo nosso)**

Martins (1972:29) sintetiza a principal diferença nas duas visões expostas sobre como conceituar um ativo. Segundo o referido autor, a diferença reside entre qualificar o agente como sendo o ativo (visão tradicional/Contabilidade Financeira) e qualificar o resultado trazido pelo agente (visão econômica). Assim, exemplifica: o caminhão é o agente; o transporte é o ativo. Mais adiante, o autor complementa que: **"o agente tem importância apenas na extensão em que pode trazer resultados econômicos futuros."**

Ressalta-se que considerar o resultado - no presente e/ou no futuro - ao invés do agente na identificação de um ativo é fator primordial para o entendimento do Capital Intelectual, pois este emprega o conceito econômico de ativo em contraposição ao conceito conservador que considera o agente como ativo.

Atribuir valor a um ativo tangível parece ser mais fácil do que a um ativo intangível, pois, com raras exceções, e por definição, os ativos tangíveis possuem

corpo e não necessitam de uma avaliação com maior grau de subjetividade, levando-se em conta algumas considerações quanto à valoração a preço de custo, de mercado ou de realização.

Assim sendo, a questão permanece nos ativos intangíveis, principalmente por ser a essência dos elementos que hoje formam o valor real da entidade, e como observa Martins (1972:54): **"Talvez a característica mais comum a todos os itens do Ativo Intangível seja o grau de incerteza existente na avaliação dos futuros resultados que por eles poderão ser proporcionados."** Em outras palavras, a falta de objetividade.

### **Ativo Intangível**

Ao averiguar-se a evolução histórica envolvendo a sistemática de reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis pela Contabilidade, verifica-se que essa preocupação não é recente, muito pelo contrário, remonta a séculos atrás, embora trabalhos específicos sobre o tema datem do final do século passado.

Entre Economistas e Contadores muitos trabalhos envolvendo o tema no geral ou em específico e, ainda, a contabilização dos recursos humanos, um ativo tangível se considerado o agente, mas que ainda encontra resistência na Contabilidade tradicional de ser visto como tal devido a entidade não possuir a sua posse e propriedade, e nem mesmo o seu controle e, também, dada a complexidade de atribuir-se valor, foram desenvolvidos durante este século.

Todo o interesse que o tema vem despertando nos meios acadêmico e profissional durante tantos anos, gerando controvérsias e evolução em termos de aceitação e conceito, embora não tendo encontrado, ainda, unanimidade quanto ao seu tratamento, adquire maior urgência na medida em que os intangíveis ganham espaço na economia atual como um todo, e nas organizações especificamente e, conforme já comentado, vêm sendo identificados por Capital Intelectual.

A matéria publicada no *The Economist* (apud *Gazeta Mercantil*, 1998:20) ilustra esse fato. Segundo o artigo, é crescente a securitização de ativos intangíveis, como por exemplo, o de direitos autorais. Nota-se que o autor chamou este tipo de

securitização de "recebíveis bem exóticos". Acredita-se que o adjetivo empregado pode ser atribuído à mudança de paradigma ainda não assimilada pelo próprio.

Martins (1972: 58) considera que os Princípios do Custo como Base do Valor e o da Confrontação das Despesas com as Receitas mais as Convenções da Objetividade e do Conservadorismo têm restringido a aceitação de vários itens como elementos componentes do ativo, impedindo a Contabilidade de evidenciar os fatos da maneira mais próxima do real, cujos efeitos mais dramáticos se fazem sentir nos ativos intangíveis, dando origem ao *Goodwill*.

Deve-se considerar que a objetividade, além de ser uma convenção para a Contabilidade, é também perseguida pelos cientistas em geral, tornando-se algumas vezes até uma "obsessão". Talvez, por esta convenção não poder ser aplicada consistentemente e de forma plena pela Contabilidade Financeira aos intangíveis, seja esta senão a única, mas a principal causa do seu não reconhecimento (outra causa poderia ser devida ao Conservadorismo, conforme apontado por Martins e, também devido ao Princípio do Custo como Base de Valor).

Entretanto, deve-se levar em conta a visão de Bierman Jr. (1963), referente à essa questão, quando se afirma que é de fato impossível ter-se uma estrita interpretação de evidência objetiva, a menos que a Contabilidade seja limitada à mensuração do caixa. O mais perto que um contador pode chegar à exatidão informacional é no montante de caixa disponível. Parece óbvio que o autor imaginava um macroambiente com economia estável, ou seja, sem inflação ou deflação, quando fez tal afirmação. Do contrário, até a mensuração do caixa estaria sujeita a um determinado grau de subjetivismo.

Outro aspecto de igual importância, e que vale a pena ser lembrado, é que os princípios de avaliação contábil utilizados não foram feitos para medir o valor de venda de uma empresa e, sim, para apurar o resultado de suas atividades.

O *Goodwill* é um dos componentes dos Ativos Intangíveis e, como tal, vem sendo alvo de muitos estudos e pesquisas dada a sua complexidade, relevância e discordância entre os autores estudiosos do assunto.

A consequência da não-existência de um conceito conclusivo sobre o *Goodwill*, ou mesmo o desconhecimento da natureza do *Goodwill*, pode ser sentida

nas palavras de vários autores consultados. Entre outros, Edvinson & Malone (1998:22) empregam a expressão "saco de gatos".

A metáfora empregada caracteriza a extensão da importância dos ativos intangíveis e quão desigual, e até mesmo injusto, é o seu entendimento, só que o momento atual apresenta uma tendência de não admitir subjetivações e os autores Edvinsson e Malone apontam o Capital Intelectual como sendo o caminho para resolver esta problemática. Entretanto, esta questão não é tão simples quanto pode aparentar.

Após a conceituação do Capital Intelectual voltar-se-á ao assunto *Goodwill*.

### O Conceito de Capital Intelectual

No momento presente, os conceitos de Capital Intelectual diferem em alguns aspectos mas, na essência, apresentam o mesmo conteúdo.

Optou-se por apresentar as conceituações de 3 (três) autores, hoje considerados os mais consistentes no assunto, os quais acredita-se terem sido os pioneiros no desenvolvimento de pesquisas conclusivas - embora ainda não definitivas, por tratar-se de um assunto ainda incipiente - e na publicação das mesmas, envolvendo a mensuração e o gerenciamento do Capital Intelectual.

Brooking (1996:12-13) define Capital Intelectual como uma combinação de ativos intangíveis, frutos das mudanças nas áreas da tecnologia da informação, mídia e comunicação, que trazem benefícios intangíveis para as empresas e que capacitam o funcionamento das mesmas. Para a referida autora, o Capital Intelectual pode ser dividido em quatro categorias<sup>2</sup> : **Ativos de Mercado; Ativos Humanos; Ativos de Propriedade Intelectual e Ativos de Infra-Estrutura.**

A autora define a composição de cada grupo da seguinte forma:

- **Ativos de Mercado.** Potencial que a empresa possui em decorrência dos intangíveis que estão relacionados ao mercado, tais como: marca, clientes, lealdade dos clientes, negócios recorrentes, negócios em andamento (*backlog*), canais de distribuição, franquias etc.

---

<sup>2</sup> No original: Market assets; Intellectual property assets; Human-centred assets; Infrastructure assets.



- **Ativos Humanos.** Os benefícios que o indivíduo pode proporcionar para as organizações por meio da sua expertise, criatividade, conhecimento, habilidade para resolver problemas, tudo visto de forma coletiva e dinâmica.
- **Ativos de Propriedade Intelectual.** Os ativos que necessitam de proteção legal para proporcionarem às organizações benefícios, tais como: *Know-How*, segredos industriais, *copyright*, patentes, designs etc.
- **Ativos de Infra-Estrutura.** As tecnologias, as metodologias e processos empregados como cultura, sistema de informação, métodos gerenciais, aceitação de risco, banco de dados de clientes etc.

Edvinsson & Malone (1998:9) empregam uma linguagem metafórica no intuito de melhor conceituar o Capital Intelectual. Comparando uma empresa a uma árvore, consideram a parte visível como tronco, galhos e folhas ao que está descrito em organogramas, nas demonstrações contábeis e em outros documentos; e a parte que encontra-se abaixo da superfície, no sistema de raízes, ao Capital Intelectual que são os fatores dinâmicos ocultos que embasam a empresa visível formada por edifícios e produtos.

Os autores dividem os fatores ocultos em dois grupos, a saber:

- **Capital Humano.** Composto pelo conhecimento, expertise, poder de inovação e habilidade dos empregados mais os valores, a cultura e a filosofia da empresa.
- **Capital Estrutural.** Formado pelos equipamentos de informática, softwares, banco de dados, patentes, marcas registradas, relacionamento com os clientes e tudo o mais da capacidade organizacional que apoia a produtividade dos empregados.

Edvinsson & Malone observam que o relacionamento com os clientes, inserido no Capital Estrutural, pode ser desdobrado em uma categoria separada como Capital de Clientes, denotando maior importância deste item para o valor da empresa.

### **Considerações sobre os conceitos apresentados**

Analisando-se essas definições, verifica-se que existe uma diferença quanto à classificação utilizada: o Capital Estrutural definido por Edvinsson & Malone contém os Ativos de Mercado, de Propriedade Intelectual e de Infra-Estrutura apontados por Brooking. Quanto ao significado do Capital Intelectual e dos elementos que o compõem, os autores assentem.

Verifica-se, igualmente, uma outra diferença que pode suscitar algum questionamento e, portanto, digna de nota. A autora utiliza a palavra ativo e os autores utilizam a palavra capital, referindo-se ao mesmo objeto. Embora eles não tenham explicado o porquê de tal procedimento, conclui-se que ambas estão corretamente empregadas, pois todos os componentes do Capital Intelectual são elementos essenciais para as empresas, representando recursos (ou capital) se vistos pela Economia e ativos (bens e/ou direitos) se vistos pela Contabilidade, pois estes se enquadram na definição de ativo adotada anteriormente. Logo, admite-se a sua utilização como sinônimos, pois o Capital Intelectual é o conjunto de valores (ou ativo, ou recursos, ou capital) ocultos que agregam valor às empresas e capacitam a continuidade da mesma.

Quanto à referência que os autores fazem de considerar o Capital Intelectual como uma explicação para a diferença entre o valor contábil da empresa e o seu valor de mercado, julga-se esta ser uma forma muito simplista de definir a situação e, além do mais, os autores não deixam claro a qual valor contábil se referem: se ao valor de cada ativo, individualmente, ou se o da empresa como um todo. Além disso, ainda, não especificam qual o critério de avaliação dos ativos empregado.

### **Desenvolvimento histórico do conceito de Capital Intelectual**

Verifica-se que, a despeito de proeminentes autores, principalmente Peter Drucker e John Kenneth Galbraith, terem versado sobre o impacto do conhecimento como recurso para a sociedade décadas atrás, a primeira matéria empregando o conceito do Capital Intelectual, de que se tem informação, foi a publicada por

Thomas Stewart, na Fortune, em 1994 com o título: "Your Company's Most Valuable Asset: Intellectual Capital" .

Esta matéria, que serviu de base para alguns artigos acadêmicos nos Estados Unidos e no Brasil, abordava as primeiras experiências realizadas por algumas companhias para mensurar o seu Capital Intelectual, entre elas a da Skandia AFS, primeira organização a divulgar um relatório suplementar às Demonstrações Contábeis divulgando o Capital Intelectual, cujo principal executivo para esse assunto é Leif Edvinsson, diversas vezes citado anteriormente. Neste artigo, todas as organizações empregaram a mesma denominação para explicar o mesmo fenômeno, qual seja: Capital Intelectual.

O que se verificou em maior abundância foram estudos desenvolvidos em torno de um dos elementos que compõem o Capital Intelectual: o Capital Humano. A história mostra que economistas, a partir do século XV, já investiram esforços no sentido de encontrar uma forma de atribuir valor monetário ao ser humano. Os objetivos que impulsionaram tais pesquisas foram de carácter econômico como, por exemplo, estimar perdas com as guerras e com as migrações.

Kwasnicka (1981:17-22), em pesquisa sobre o impacto da contabilização dos recursos humanos numa organização, faz uma retrospectiva histórica sobre a evolução do entendimento do ser humano como capital. Segundo a autora, a base dos estudos em torno do tema encontra-se em William Farr (1853), Ernest Engel (1883) e Theodor Wiltstein (1867), que desenvolveram métodos para avaliar os recursos humanos, tendo Wiltstein definido o ser humano como bem de capital.

Entre os economistas clássicos, Tinoco (1996:54) aponta Adam Smith e Marx Weber como aqueles que deram continuidade aos estudos sobre o tema em questão. Entretanto, foi neste século que o conceito de recursos humanos como capital tomou vulto por meio dos trabalhos desenvolvidos pelos economistas T.W. Schultz e Gary Becker, entre outros, e na área da Contabilidade por Eric Flamholtz, Roger Hermanson, Lee Brumet entre outros, complementa Tinoco.

Segundo a visão dos economistas, o ser humano é considerado capital por possuir capacidade de gerar bens e serviços, por meio do emprego da sua força de trabalho e do conhecimento, constituindo-se em importantes fontes de acumulação e de crescimento econômico.

A importância da aceitação do Capital Humano para a economia no geral é muito bem colocada por Schultz (1967:64). Segundo o autor, um conceito de capital restrito a estruturas, equipamentos de produção e patrimônio, é extremamente limitado para estudar tanto o crescimento econômico computável (renda nacional) como, o que é mais importante, todas as conquistas, no bem-estar, geradas pelo progresso econômico em longos períodos de tempo. A instrução e o progresso no conhecimento constituem importantes fontes de crescimento econômico. Complementa, citando Kuznets, que o conceito de capital e de formação de capital deveria ser ampliado de forma a incluir investimento em seres humanos, o que se dá, basicamente, pelo investimento na instrução.

Ressalta-se que o conhecimento a que os economistas se referem é o conhecimento no seu sentido amplo, cujo investimento na educação e ensino é a sua base.<sup>3</sup>

### **Algumas considerações sobre Ativo/Capital Humano**

O Capital Intelectual, como definido até o momento, abrange vários elementos intangíveis além do próprio Capital Humano. O que se entende de tal procedimento é o fato do Capital Intelectual ser relativo ao intelecto que só os seres humanos possuem. Assim sendo, o Capital Intelectual abrange o elemento possuidor do recurso do conhecimento e tudo mais que é resultante da aplicação do conhecimento. Isto porque o conhecimento lato e stricto se materializam no: Capital Estrutural para Edvinsson & Malone; e nos Ativos de Mercado, de Propriedade Intelectual e de Infra-Estrutura, para Brooking.

Verifica-se que, por vezes, Capital Intelectual e Capital Humano se confundem, sendo entendido como Capital Intelectual somente aquele que deriva do conhecimento humano. A importância que o ser humano possuidor do recurso fundamental do conhecimento representa para as organizações atualmente pode conduzir a tal equívoco.

Como o Ativo Humano ou Capital Humano compreende os benefícios que o indivíduo pode propiciar para as organizações, é natural que hoje em dia as

---

<sup>3</sup> Ver a esse respeito: ANTUNES, Maria Thereza P. Capital Intelectual. São Paulo: Atlas, 2000, capítulo 1.

empresas dediquem maiores esforços para identificar aquelas pessoas que poderão otimizar essa relação de causa e efeito. Quanto melhor o capital humano/ativo humano de uma organização, melhores resultados ela alcançará no Capital Intelectual.

Conseqüentemente, as organizações necessitam se apoiar no Recurso Humano do conhecimento, não mais no Recurso Humano da força braçal; a tecnologia, à medida que por um lado supre este fator, por outro lado demanda pelo potencial humano da inteligência. Mas a percepção de inteligência não capta apenas o Quociente de Inteligência (Q.I.), mensurado pela aplicação de testes específicos até então. Leva-se em conta nas organizações a Inteligência Emocional (Q.E.), teoria desenvolvida por Goleman (1996) em obra homônima. A Inteligência Emocional abrange aspectos como motivação e persistência diante de frustrações, autocontrole, habilidade de não permitir que a aflição impeça a capacidade de pensar e, principalmente, o aspecto de relacionamento em grupo e empatia.

Goleman (1996:176), referindo-se ao ambiente organizacional, cita o estudo realizado entre os engenheiros e cientistas que apresentavam os melhores resultados do teste de Q.I. acadêmico dos Laboratórios Bell, os quais denominou de "profissionais-estrelas". Entretanto, observou que dentro desse banco de talentos, alguns despontam como estrelas, enquanto outros têm apenas produção mediana, e ressalta: "O que faz a diferença entre as estrelas e os outros não é o Q.I. acadêmico deles, mas o Q.E. São mais capazes de motivar-se e de transformar suas redes informais em equipes improvisadas." Em outras palavras, pode-se concluir que a Inteligência Emocional envolve a habilidade de resolver problemas e enfrentar situações adversas, de expor idéias com clareza e rapidez, de ser criativo e saber fazer materializar sua imaginação.

### **O Conceito de *Goodwill***

Considerando a complexidade que envolve o tema *Goodwill*, pretende-se, no momento, apenas estabelecer alguns aspectos quanto à sua natureza, avaliação e classificação que possibilitarão uma comparação com o conceito do Capital Intelectual.

Monobe, em sua tese de doutoramento intitulada "Contribuição à mensuração e contabilização do *Goodwill* adquirido", observa que a primeira aparição do *Goodwill* foi vinculada à terra [em 1571] e gradativamente foi sendo relacionado com o comércio, com a atividade industrial, à fidelidade da clientela, com a localização privilegiada, à personalidade dos proprietários, a processos industriais, a conexões financeiras e a staffs eficientes (1986:51).

Todos esses fatores vieram sendo apontados como os responsáveis (ou fatores contribuintes) pela geração de lucro da empresa a longo prazo e não reconhecidos pela Contabilidade. Esta característica persiste até hoje para certos fatores e para outros tantos que foram sendo acrescentados na medida em que os ativos intangíveis não contabilizados ou não identificados vieram aumentando proporcionalmente aos demais ativos devido a sofisticação dos negócios. (Monobe, 1986:51-52, 63)

É sabido que a Contabilidade Financeira reconhece e contabiliza o *Goodwill* apenas quando ocorre a compra de uma empresa.

Quanto ao seu valor, o referido autor afirma que, numa conceituação moderna, o *Goodwill* corresponde à diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração de lucros futuros, e o valor econômico dos seus ativos apresentando, portanto, uma característica residual. (Monobe, 1986:65)

Segundo o The Chartered Institute of Management Accountants, o mais importante instituto de contadores gerenciais do Reino Unido, em sua Terminologia Oficial de Contabilidade Gerencial (1996:87) *Goodwill* é definido como a diferença entre o valor de um negócio como um todo e a soma dos ativos individuais avaliados pelo seu valor justo.

Segundo as duas significativas definições apresentadas pode-se inferir que não existe um consenso sobre o critério de valor a ser utilizado, cujo aprofundamento, conforme já dito, não é o objetivo no momento. Entretanto, quanto à sua característica residual não há dúvidas.

Soma-se aos conceitos anteriores um outro que identifica a ocorrência da sinergia numa empresa. Sob esse conceito, mesmo que se tenha identificado e mensurado economicamente todos os ativos tangíveis e intangíveis, a soma

individualmente seria menor do que a soma do seu conjunto. (Monobe, op.cit. 61)  
Em outras palavras significa dizer que o *Goodwill* sempre existirá sob a ótica sinérgica.

### **Classificação do *Goodwill***

Conforme a classificação de Coyngton, valendo ressaltar que é datada de 1923, (apud Martins, op. cit, 74) o *Goodwill* assume a seguinte divisão:

- ***Goodwill Comercial:*** criado em função exclusivamente da empresa como um todo independente das pessoas proprietárias ou administradoras.
- ***Goodwill Pessoal:*** decorrente de uma ou várias pessoas que integram a empresa sendo proprietária (s) ou administradora (s).
- ***Goodwill Profissional:*** desenvolvido por uma classe profissional que cria uma imagem que a distingue dentro da sociedade propiciando condições de alta remuneração como no caso dos médicos, advogados e contadores em alguns países.
- ***Goodwill Evanescente:*** característico de certos produtos que a moda cria e, portanto, possuem curta duração.
- ***Goodwill de Nome ou Marca Comercial:*** ocasionado pela imagem do nome da empresa que produz o produto ou da marca sob o qual é comercializado. Distingue-se do anterior dada a durabilidade.

Admitindo-se a classificação para o *Goodwill* de Paton & Paton (apud Martins, op.cit,73), divulgada em 1952, tem-se:

- ***Goodwill Comercial:*** decorrente de serviços colaterais como equipe cortês de vendedores, entregas convenientes, facilidade de crédito, dependências apropriadas para serviço de manutenção; qualidade do produto em relação ao preço; atitude e hábito do consumidor como fruto de nome comercial e marca tornados proeminentes em função de propaganda persistente; localização da firma.
- ***Goodwill Industrial:*** decorrente de altos salários, baixo turnover de empregados, oportunidades internas satisfatórias para acesso às posições hierárquicas superiores, serviço médico, sistema de segurança adequado, desde que tais

fatores contribuam para a boa imagem da empresa e também para a redução do custo unitário de produção devido à eficiência de uma força de trabalho operando nessas condições.

- **Goodwill Financeiro:** derivado da atitude de investidores e de fontes de financiamento e de crédito em função da empresa possuir sólida situação para cumprir suas obrigações e manter sua imagem ou, ainda, obter recursos financeiros que lhe permitam aquisições de matéria-prima ou mercadorias em melhores termos e preços.
- **Goodwill Político:** em decorrência de boas relações com o Governo.

### **Goodwill versus Capital Intelectual**

O valor do *Goodwill* de uma empresa, segundo observou Monobe (op.cit. 62), seja na sua forma convencional ou na forma definida como sinérgico, estará sempre relacionado com a capacidade de geração de lucros dessa empresa. Da mesma forma, os autores até então citados, relacionam o Capital Intelectual à geração de lucros a longo prazo. Isto parece um tanto coerente com a definição de ativo adotada.

Ao se observar os fatores responsáveis pela formação do *Goodwill*, segundo Catlett & Olson (apud Martins, op. cit, 75), e pela formação do Capital Intelectual, segundo Brooking (op. cit, 17), podem ser identificados vários pontos em comum, conforme visto a seguir:

Fatores que geram o *Goodwill*:

- Administração superior.
- Organização ou gerente de vendas proeminente.
- Fraqueza na administração do competidor.
- Propaganda eficaz.
- Processos secretos de fabricação.
- Boas relações com os empregados.
- Crédito proeminente como resultado de uma sólida reputação.
- Excelente treinamento para os empregados.



- Alta posição perante a comunidade conseguida por meio de ações filantrópicas e participação em atividades cívicas por parte dos administradores da empresa.
- Desenvolvimento desfavorável nas operações do competidor.
- Associações favoráveis com outra empresa.
- Localização estratégica.
- Descoberta de talentos ou recursos.
- Condições favoráveis com relação aos impostos.
- Legislação favorável.

É relevante observar que os autores admitem a impossibilidade de listar todos os fatores e condições devido à própria natureza do *Goodwill*.

Fatores que geram o Capital Intelectual:

- Conhecimento, por parte do funcionário, do que representa o seu trabalho para o objetivo global da companhia.
- Funcionário tratado como um ativo raro.
- Esforço da administração para alocar a pessoa certa na função certa, considerando suas habilidades.
- Existência de oportunidade para desenvolvimento profissional e pessoal.
- Avaliação do retorno sobre o investimento realizado em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).
- Identificação do know-how gerado pela P&D.
- Identificação dos clientes recorrentes.
- Existência de uma estratégia proativa para tratar a propriedade intelectual.
- Mensuração do valor da marca.
- Avaliação do retorno sobre o investimento realizado em canais de distribuição.
- Sinergia entre os programas de treinamento e os objetivos corporativos.
- Existência de uma infra-estrutura para ajudar os funcionários a desempenhar um bom trabalho.
- Valorização das opiniões dos funcionários sobre os aspectos de trabalho.
- Participação dos funcionários na elaboração dos objetivos traçados.
- Encorajamento dos funcionários para inovar.

· Valorização da cultura organizacional

Um outro ponto importante trata do nascimento do Capital Intelectual. Para Brooking (1996:12), o Capital Intelectual começou quando o primeiro vendedor estabeleceu um bom relacionamento com o seu cliente, o que se denominou *Goodwill*.

Já Edvinsson & Malone (1997:11) consideram que o Capital Intelectual pode se apresentar como uma nova teoria, mas que ele esteve sempre presente na forma de bom senso (considerado um dos elementos do *Goodwill*) e que o interesse em entender a diferença entre o valor de mercado de uma empresa e o seu valor contábil sempre existiu. O que se modificou foi a forma de entender esse diferencial. Antes ele era atribuído a fatores inteiramente subjetivos e que, portanto, jamais poderiam ser medidos empiricamente. [*Goodwill?*]

A afirmação dos autores sugere que o Capital Intelectual iniciou-se a partir do *Goodwill*, quando de seu conceito inicial e limitado sugerindo, ainda, uma precipitada aglutinação dos dois conceitos. Isto pode ser confirmado comparando as classificações de ambos e os fatores responsáveis por suas formações. Entretanto, a afirmação de H. Thomas Johnson (apud Edvinsson & Malone, op.cit, 4), ao considerar que o Capital Intelectual encontra-se escondido no interior do "mais misterioso lançamento contábil [sic], aquele referente ao *Goodwill*", dá-nos uma idéia de complementaridade. Quanto à questão de identificação de tais elementos, esta apresenta-se de forma muito mais complexa do que pode parecer à primeira vista, conforme a literatura consultada.

Monobe (op. cit. 55), ao se referir à problemática da identificação do *Goodwill*, assume que "um dos problemas subsistentes continua sendo a linha divisória entre o valor atribuível ao *Goodwill* e aqueles atribuíveis a outros intangíveis, o que acarreta especialmente dificuldade na sua mensuração".

Assim sendo, verifica-se que o modelo desenvolvido para mensuração do Capital Intelectual pode ser entendido como uma tentativa de identificar e mensurar alguns dos fatores (ativos intangíveis) que contribuem para a geração de lucros futuros, minimizando a quantidade de intangíveis não identificados e, conseqüentemente, o valor do *Goodwill*.

Conclui-se, portanto, que os idealizadores do modelo estão resolvendo parte dos componentes subjetivos do *Goodwill* e não o problema do *Goodwill* na sua totalidade, ou melhor: "Explicando a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado", como se referem.

Por outro lado, supondo que consigam identificar e mensurar objetivamente cada elemento que compõe o Capital Intelectual (ou seja, todos os elementos que estão classificados e agrupados como Capital Intelectual) o *Goodwill* continuaria existindo, segundo o conceito do *Goodwill* Sinérgico.

### Conclusão

A história do desenvolvimento do conhecimento contábil. Especificamente a bibliografia existente sobre *Goodwill*, mais as constatações contidas neste trabalho demonstram que a percepção da importância e a preocupação em identificar os elementos intangíveis que interagem no sistema empresa e que, conseqüentemente, agregam valor a médio e longo prazo, não é recente.

Este trabalho procurou evidenciar um pouco mais da relação existente entre a Contabilidade e o conceito do Capital Intelectual. Pode-se concluir, portanto, conforme demonstrado, que:

- a preocupação em identificar e mensurar os valores intangíveis de uma empresa não é recente;
- os autores citados assumem a existência do Capital Intelectual há séculos, tendo como origem o *Goodwill*;
- *Goodwill* e Capital Intelectual fazem parte do mesmo fenômeno, pois os fatores que identificam a existência de um valor a mais numa organização, e que integram o Capital Intelectual, já faziam parte do *Goodwill*, segundo pode ser verificado pelas classificações mencionadas e datadas da primeira metade deste século, podendo ser justificada a inclusão de novos elementos pela evolução natural da sociedade;
- conceito de Capital Intelectual é uma tentativa de identificar e mensurar tais intangíveis que, enquanto não mensurados, resultam em parte do *Goodwill*;

- Capital Intelectual é um conceito que identifica e agrupa elementos intangíveis (de acordo com as classificações apresentadas) que antes pertenciam ao *Goodwill*, considerando-se o *Goodwill* como resultante da não aceitação pela Contabilidade Financeira de vários itens como componentes do ativo, em virtude, principalmente, dos Princípios do Custo como Base de Valor e o da Confrontação das Despesas com as Receitas mais as Convenções da Objetividade e do Conservadorismo.

Portanto, o *Goodwill* apresenta-se como um conceito mais abrangente do que o do Capital Intelectual, considerando todas as conclusões. E, principalmente, Capital Intelectual não é um conceito novo e, muito menos, desconhecido pela Contabilidade.

## Bibliografia

- ALCÂNTARA, Eurípedes. O Homem que ficou rico vendendo idéias. **Veja**. São Paulo, p. 86-93, 12 junho 1995.
- ANTUNES, Maria Thereza P. **Capital Intelectual**. São Paulo : Atlas, 2.000.
- \_\_\_\_\_. **Contribuição ao Entendimento e Mensuração do Capital Intelectual**. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- BIERMAN Jr. , Harold. Measurement and Accounting. **The Accounting Review**. Julho 1963.
- BROOKING, Annie. **Intellectual Capital: Core Asset for the Third Millennium Enterprise**. Boston: Thomson Publishing Inc., 1996.
- CIMA - The Chartered Institute of Management Accountants. **Management Accounting Official Terminology**. London: Chartered Institute of Management Accountants, 1996.
- CRESCER a Securitização de Ativos Intangíveis. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, 1998.
- EDVINSSON L. & MALONE M.S. **Capital Intelectual**. São Paulo: Makron, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Intellectual Capital**. New York: Harper Business, 1997.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. 5.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- KWASNICKA, Eunice L. **O Impacto da Utilização de um Sistema de Contabilização de Recursos Humanos da Organização**. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- LABARRE, P. The Rush on Knowledge. **Industry Week**. 10 fevereiro 1996.
- MARTINS, Eliseu. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível**. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade São Paulo.

MONOBE, Massanori. **Contribuição à Mensuração e Contabilização do Goodwill Adquirido**. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PATON, William A. **Accounting Theory**. Illinois: Accounting Studies Press, 1962.

QUANTO vale o Q.I da Sua Empresa? **Informática Exame**, São Paulo, maio 1997.

SÁ, M. T. A. P. Capital Intelectual: O Ativo que não aparece nas Demonstrações Financeiras. **Boletim do Ibracon**. São Paulo, p. 3-9, maio 1996.

SCHULTZ, Theodore W. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual: A Nova Vantagem Competitiva das Empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

\_\_\_\_\_. Your Company's Most Valuable Asset: Intellectual Capital. **Fortune**, p.28-33, October 3, 1994.

TINOCO, J. E. P. **Contribuição ao Estudo da Contabilidade Estratégica de Recursos Humanos**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

## **CURRÍCULO RESUMIDO**

**AUTORA:** MARIA THEREZA POMPA ANTUNES

**FORMAÇÃO:** MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS PELA FEA/USP

ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS PELO IAG/PUC/RJ

ADMINISTRADORA DE EMPRESAS PELA PUC/RJ

**ATIVIDADE PROFISSIONAL:** PROFESSORA E PESQUISADORA DA ÁREA CONTÁBIL

**ENDEREÇO:** Rua Dr. Diogo de Faria, 513 ap. 14 Vila Clementino - CEP: 040.37-001  
São Paulo - SP. Tel. (11) 539-3737 Fax: (11) 5081-3782  
e-mail: teantunes@uol.com.br